

## 48º RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES

Processo de Rec. Judicial: 0125467-49.2021.8.19.0001

Excelentíssimo Senhor, Doutor Juiz de Direito da 6ª Vara  
Empresarial da comarca do Rio de Janeiro.

Relatório previsto no Art. 22 da Lei 11.101/2005, referente à  
competência de **janeiro/2026**.

**02 de fevereiro de 2026**



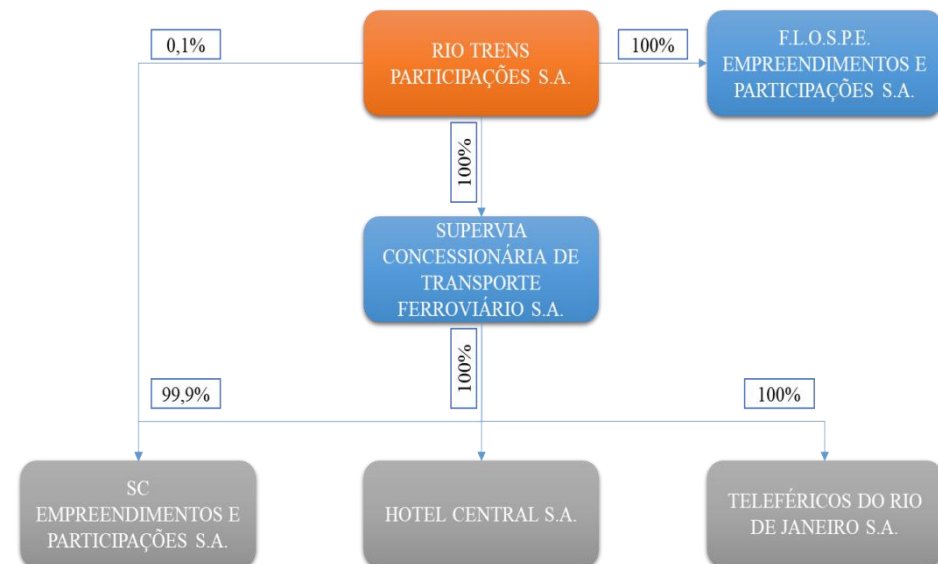
## Sumário

|  |    |
|--|----|
| <b>1. Dados da Recuperação Judicial</b> .....  | 2  |
| <b>2. Atualização da fase processual</b> .....                                       | 5  |
| <b>2.1 Eventos processuais relevantes</b> .....                                      | 5  |
| <b>2.2 Fase atual da Recuperação Judicial</b> .....                                  | 8  |
| <b>2.3 Eventual prática de atos previstos no art. 64 da Lei nº 11.101/2005</b> ..... | 10 |
| <b>3. Dos canais de comunicação</b> .....  | 11 |
| <b>4. Do Relatório Mensal de Atividades</b> .....                                    | 12 |
| <b>5. Relação de Anexos</b> .....  | 13 |

## 1. Dados da Recuperação Judicial

O processo em epígrafe iniciou com as empresas RIOTRENS PARTICIPAÇÕES S.A.; SUPERVIA CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTES FERROVIÁRIOS S.A.; FLOSPE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.; SC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.; TELEFÉRICOS DO RIO DE JANEIRO S.A.; e HOTEL CENTRAL S.A., pertencentes ao “Grupo SuperVia”, como se auto declaram, formulando o pedido de Recuperação Judicial perante o MM. Juízo da 2ª Vara Empresarial da Comarca da Capital, como se verifica nos autos às fls. 3/33, sendo apresentados para instrução do petitório, documentos numerados do 1 ao 24, localizados às fls. 24/3539.

Na inicial, o Grupo SuperVia descreve a importância das atividades por ele desempenhadas, exprimindo em detalhes cada momento vivenciado desde a sua criação, passando pela concessão, adjudicada à SuperVia, inicialmente por 25 anos, sendo prorrogado por mais 25 anos, findos em 2048. Além disso, também é descrita a necessidade de criação das demais empresas do grupo para a exploração de serviços complementares à Concessão com fulcro na geração de receitas acessórias e não tarifárias. Apresentando a participação entre as empresas do grupo.



De acordo com o apresentado na inicial, a “Rio Trens” é detentora de 100% das ações das empresas “SuperVia” e “F.L.O.S.P.E.”, e de 0,1% das ações da “SC Empreendimentos”, por sua vez, a “SuperVia” detém 99,9% das ações da “SC Empreendimentos” e 100% das ações das empresas “Hotel” e “Teleféricos”. Sendo a atividade principal do grupo operado pela “SuperVia”.

As Recuperandas alegaram que em decorrência da pandemia da Covid-19, houve impacto direto na operação principal por medidas impostas pelo Estado do Rio de Janeiro. Inicialmente houve suspensão da operação, seguindo de redução da taxa de ocupação dos trens em 50%, evoluindo posteriormente para 60%. Assim como a taxa de ocupação as grades de horário também foram reajustadas para obedecer às normas impostas pelo Estado, visando obedecer aos protocolos sanitários, fazendo com que a operação passasse a funcionar com níveis baixíssimos de ocupação nos vagões, como 5%, mantendo o custo de ocupação total.

Além dos custos tradicionais, as Recuperandas alegam arcar com custos extraordinários, decorrentes de novas medidas de higienização em toda infraestrutura. Com os custos fixos mantidos e a redução drástica da operação, além de outros fatores relatados na inicial, as Recuperandas protocolizaram o pedido como meio de proteger os interesses dos credores e preservar a sua produtividade, resultando no presente processo.

Em despacho de fl. 3547, o MM. Juízo da 2ª Vara Empresarial da Comarca da Capital declinou da competência, ante a prevenção do MM. Juízo da 6ª Vara Empresarial da Comarca da Capital, embasada na certidão cartorária de fl. 3544, que informou a existência de requerimento de falência da SUPERVIA CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTES FERROVIÁRIOS S.A., junto ao referido juízo.

Em decisão proferida por este MM. Juízo, fls. 3564/3570, é deferido o processamento da recuperação judicial das empresas em tela sendo nomeada a pessoa jurídica E. Ferreira Gomes Advogados, CNPJ 11.468.904/0001-62, que hoje com endereço na Rua México, nº 164, 3º andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP. 20.031-143, incumbindo ao seu representante legal, Evandro Pereira Guimarães Ferreira Gomes OAB/RJ 137.473, cujo termo de compromisso assinado consta anexado à fl. 3574.

## **2. Atualização da fase processual**

---

### **2.1 Eventos processuais relevantes**

Em 05/01/2026 foi juntado ao feito recuperacional manifestação do Estado do Rio de Janeiro, em regime de plantão, em que requereu a imediata publicação do Edital de Alienação, com sua disponibilização no Diário Oficial do TJRJ de 23/12/2025, o que foi prontamente determinado pelo d. Juízo plantonista.

Em 08/01/2026 foi juntado ao feito recuperacional publicação no Diário Oficial do TJRJ, em 29/12/2025, do Edital de Oferta Pública para Alienação Judicial de Unidade Produtiva Isolada.

Em 08/01/2026 foi proferido despacho para redesignar a audiência de abertura dos envelopes para o dia 10/02/2026 às 14 horas, a fim de viabilizar o cumprimento do prazo de 25 dias úteis previsto no edital.

Em 10/01/2026 as Recuperandas se manifestaram para requerer, dentre outras coisas, a ratificação da ocorrência da Data de Liberação no dia 17/12/2025, a expedição de mandado de levantamento eletrônico para transferência de uma parcela do Aporte Gumi Brasil para conta de titularidade das Recuperandas no valor de R\$113.953.058,80, a permanência do saldo remanescente (R\$ 36.046.941,20) em conta judicial e que tais valores não poderão ser objeto de qualquer ordem de bloqueio ou constrição judicial/extrajudicial.

Em 13/01/2026 o Estado do Rio de Janeiro se manifestou, dentre outras coisas, para sanar pontos procedimentais pendentes relativos ao Processo Competitivo para alienação da UPI SPTF, bem como, quanto às providências operacionais para viabilização do depósito da conta reserva e do Fundo Supervia, requerer que o Administrador Judicial indique conta bancária vinculada ao Fundo Supervia e pelas Recuperandas da Conta Garantia.

Em 14/01/2026 o Administrador Judicial se manifestou no sentido de não se opor aos pedidos formulados pelas Recuperandas, bem como seja reconhecido que os valores oriundos do aporte dos acionistas pertencem aos credores beneficiários, a fim de que não sofra qualquer ordem de bloqueio ou constrição judicial e/ou extrajudicial, e, por fim, seja autorizada a autuação, em apartado, de incidente próprio para deliberação, organização e gestão do Fundo Supervia.

Em 14/01/2026 foi proferida r. decisão para, dentre outras coisas, homologar a comissão especial com os membros que foram indicados pelo Estado do Rio de Janeiro, determinar a elaboração de planilha pelo Administrador Judicial com todas as informações necessárias dos beneficiários do aporte, determinar que autue-se em apartado incidente sigiloso para constituição do Fundo Supervia e determinar que o acesso ao Datam Room seja franqueado judicialmente a quem assinar termo de responsabilidade e caucionar, por depósito judicial, o valor de R\$ 10.000,00.

Em 16/01/2026 a serventia autuou o incidente sigiloso de constituição do Fundo Supervia sob o nº 0006585-55.2026.8.19.0001.

Em 16/01/2026 o BNDES afirma que a transferência do empreendimento UPI Ferroviária é ilegal e que o aditivo ao Plano de Recuperação Judicial, com a conseqüente alienação da UPI Ferroviária, se propõe a equacionar uma pequena fração das dívidas da Supervia, de modo que a sua dívida extraconcursal continuará vencida e não equacionada, razão pela qual requer que as Recuperandas esclareçam, em 48 horas, como serão pagas as suas dívidas, bem como a suspensão do leilão previsto para o dia 10/02/2026.

Em 20/01/2026 as Recuperandas se manifestaram aos autos prestando os devidos esclarecimentos quanto à manifestação ao Estado do Rio de Janeiro, requerendo a sua intimação para que expeça guia de depósito para a transferência do valor para a conta judicial vinculada ao feito recuperacional.

Em 25/01/2026 o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro informa que, quanto à manifestação do BNDES, a decisão que autorizou a alienação da UPI Ferroviária não foi oportunamente atacada através de recurso próprio e aparenta estar preclusa, devendo o Administrador Judicial e as Recuperandas prestarem os seus entendimentos.

Em 28/01/2026 a Pentágono opôs Embargos de Declaração para sanar omissão incorrida pelo d. Juízo recuperacional ao dar quitação às obrigações assumidas pelas Recuperandas sem que tenha analisado a sua manifestação anterior, quanto ao procedimento a ser adotado para pagamento do seu crédito.

Em 30/01/2026 a Nova Via Fundo de Investimento se manifestou para informar o seu interesse em participar do Processo Competitivo e acessar ao Data Room com o propósito de elaborar proposta ao certame, na qualidade de Proponente, razão pela qual requer autorização de acesso ao Data Room, bem como seja indicado os dados bancários para a realização do depósito do valor de R\$ 10.000,00.

## 2.2 Fase atual da Recuperação Judicial

O quadro demonstrativo abaixo ilustra o trabalho desenvolvido e os marcos processuais já atingidos no período compreendido pelo presente relatório.

| <b>Check list da atuação da Administração Judicial</b>   |   |   |
|--|---|---|
| <b>Análise da inicial e dos 3.502 (três mil quinhentos e dois) documentos que instruíram a inicial</b>                                 | Atendimento por e-mail, telefone e presencialmente dos credores listados pelas Recuperandas e de outros eventuais credores que venham a se habilitar        | Estruturação, convocação, organização e realização da Assembleia Geral de Credores, para deliberar sobre o Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial ou qualquer outro assunto em que seja necessária a instalação de AGC. |
| <b>E Adequação da equipe técnica multidisciplinar para atuação específica nos autos da Recuperação Judicial</b>                        | Análise das habilitações retardatárias e impugnação à relação de credores   | Fiscalização do efetivo cumprimento do Plano de Recuperação Judicial  |
| <b>Adequação de espaço físico e eletrônico específico para alocar a equipe técnica e melhor atender aos credores</b>                   | Análise das demonstrações contábeis e financeiras mês a mês das 5 Recuperadas   |   |
| <b>Análise do contrato de contrato de financiamento a ser firmado pelas Recuperandas e investidor na modalidade DIP <i>finance</i></b> | Relatórios mensais de atividades das Recuperandas   |   |
| <b>Elaboração de e envio das correspondências aos credores de todas as Recuperandas listadas em litisconsórcio ativo</b>               | Atuação nos processos satélites distribuídos por dependência ao processo Recuperacional, especialmente habilitações e divergências de crédito               |   |
| <b>Relatório contábil inicial</b>  | Manifestação em processos de diferentes competências quando intimado a manifestar-se em decorrência do deferimento do processamento da Recuperação Judicial |   |

|  |   |  |
|--|---|--|
| <b>Verificação da prestação do serviço através de visita técnica em 23/06/2021</b>                                 | Resposta aos e-mails e telefonemas dos credores e outros interessados   |  |
| <b>Análise das habilitações e divergências de crédito tempestivas</b>  | Estruturação, convocação e organização da Assembleia Geral de Credores, seja para deliberar o Plano de Recuperação Judicial ou qualquer outro assunto em que seja necessária a instalação de AGC que está agendada para os dias 30/11 e 14/12. Após suspensão, a AGC foi retomada em 22/02/2022 e suspensa até 27/04/2022, quando foi deliberada nova suspensão, para continuidade em 31/05/2022. |  |
| <b>Atendimento aos credores que agendaram hora para despachar suas habilitações e divergências de crédito</b>      | Em continuidade a segunda Assembleia Geral de Credores, no dia 31/05/2022, o Plano de Recuperação Judicial do Grupo Supervia foi submetido a votação e aprovado pelos credores, nas 03 (três) classes listadas, nos termos do art. 45 da Lei nº 11.101/05.  |  |
| <b>Respostas de mais de 200 e-mails respondendo dúvidas de credores quanto ao QGC apresentado pela Recuperanda</b> | Análise e controle de legalidade do Plano de Recuperação Judicial.  |  |
| <b>Atendimento de 89 telefonemas de credores solicitado esclarecimentos e informações</b>                          | Atualização do Quadro Geral de Credores em decorrência das decisões nos autos dos processos de habilitação de crédito e Impugnações.  |  |
| <b>Apresentação do RMA referente ao mês de Junho/2021</b>  | Início da fiscalização do efetivo cumprimento do Plano de Recuperação Judicial aprovado em 31/05/2022.  |  |
| <b>Consolidação da lista de credores prevista no §1º, do artigo 7º, da Lei nº 11.101/2005</b>                      | Fiscalização do efetivo cumprimento do Plano de Recuperação Judicial  |  |
| <b>Apresentação do RMA referente ao mês de julho/2021</b>  | Suspensão do cumprimento do Plano   |  |
| <b>Apresentação do Quadro Geral de Credores do §2º, do artigo 7º.</b>  | Acompanhamento das negociações com o Estado do Rio de Janeiro   |  |

### **2.3 Eventual prática de atos previstos no art. 64 da Lei nº 11.101/2005**

Até o momento da elaboração deste relatório não foi apurado por esta Administração Judicial qualquer ato relacionado ao referido artigo. Destarte, é importante ressaltar que, qualquer ato eventualmente identificado, será reportado imediatamente nos relatórios seguintes.

### 3. Canais de comunicação

Todas as movimentações de cunho ostensivo serão divulgadas no *site* desta Administração Judicial, no endereço [http://eferreiragomes.com.br/crbst\\_20.html](http://eferreiragomes.com.br/crbst_20.html). Além do *site* para consultas, esta Administração Judicial disponibiliza os contatos telefônicos (21) 99877-1386 / (21) 98854-9014, bem como o e-mail [rj.supervia@eferreiragomes.com.br](mailto:rj.supervia@eferreiragomes.com.br). As correspondências físicas deverão ser encaminhadas para o endereço: Rua México, nº 164, 3º andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP. 20.031-143.



|  |   |
|--|---|
| SUPERVIA CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIA S.A.  |   |
| INÍCIO   | Processo nº 0125467-49.2021.8.19.0001   |
| ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL   | Sentença do Deferimento do Processamento da Recuperação Judicial <span style="float: right; background-color: #800000; color: white; padding: 2px;">AVISO IMPORTANTE - Assembleia Geral de Credores</span><br>Edital do §1º, do artigo 52 da Lei nº 11.101/2005   |
| ÁREAS DE ATUAÇÃO   | Relação de Credores apresentada pela Recuperanda  |
| SÓCIOS   | Plano de Recuperação Judicial "Antigo"  |
| CONTATO  | Quadro Geral de Credores apresentado pelo Administrador Judicial<br>Memorial das Habilitações e Divergências Administrativas<br>Edital do §1º, do artigo 53 da Lei nº 11.101/2005<br>Edital do §2º, do artigo 7 da Lei nº 11.101/2005<br>R.M.A - Relatório Mensal de Atividades<br>Edital de Convocação - AGC<br>Novo Plano de Recuperação Judicial<br>Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial |

Contato [rj.supervia@eferreiragomes.com.br](mailto:rj.supervia@eferreiragomes.com.br)

---

Rua México, nº 164, 3º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP. 20.031-143 • Tel: +55 (21) 99877-1386 / 98854-9014 • [egomes@eferreiragomes.com.br](mailto:egomes@eferreiragomes.com.br)

E. Ferreira Gomes Advogados (c) 2008-2025. Todos os direitos reservados

"SEXTA VARA EMPRESARIAL DA COMARCA DA CAPITAL Dr. Antonio da Rocha Lourenço Neto PROCESSO Nº 0125467-49.2021.8.19.0001 Recuperação Judicial de SUPERVIA CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIA S.A, RIO TRENS PARTICIPAÇÕES S.A, SC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A, HOTEL CENTRAL S.A TELEFÉRICOS DO RIO DE JANEIRO S.A e F.L.O S.P.E EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. AVISO AOS CREDORES SOBRE O RECEBIMENTO DO ADITIVO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL O Dr. Antônio da Rocha Lourenço Neto, Juiz Titular da Sexta Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, FAZ SABER aos credores e demais interessados sobre o recebimento do ADITIVO do plano de recuperação judicial, fixado o prazo de 90 (trinta) dias para ciência (art. 55, parágrafo único da Lei 11.101/05), acrescido do prazo de 60 (sessenta) dias para que o novo plano (ve aditivo do id. 15436/15457) seja apresentado aos credores para manifestação na Assembleia Geral e deliberação acerca da modificação. Cientes de que este Juízo tem sede na Avenida Erasmo Braga, 115, Lâmina Central, sala 720, Centro. Dado e passado nesta cidade do Rio de Janeiro, aos trinta e um dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco. Eu, Luciana Pinheiro Oliveira, Chefe de Serventia, matr. 01/22282, digitei e subscrevo. (ass.) Antonio da Rocha Lourenço Neto - Juiz de Direito".

#### **4. Relatório Mensal de Atividades**

---

Para elaboração do presente relatório, as Recuperandas disponibilizaram os documentos solicitados por esta Administração Judicial em nuvem, através do *site* <https://box.com>.

Como narrado em oportunidades anteriores, as Recuperandas informaram em maio de 2024 o agravamento da crise econômica-financeira, importando em real risco de quebra e a continuidade de suas operações. Na mesma manifestação apresentada nos autos recuperacionais foi apresentado pedido para que o Poder Judiciário intervisse para compelir o Estado do Rio de Janeiro a realizar os repasses devidos às Recuperandas e cumprisse outras obrigações contratuais previstas na concessão.

Por determinação do d. Juízo da 6ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, a manifestação da Supervia foi autuada em apartado, como incidente de pedido de providências, que ganhou o nº 0065858-33.2024.8.19.0001.

Nos autos do pedido de providências foram determinadas as suspensões das obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial homologado. Na sequência foi apresentada minuta de acordo celebrado entre a Supervia, seus controladores e o Estado do Rio de Janeiro. O acordo foi devidamente homologado em 03/12/2024. Por fim, em decisão de 30/01/2025 o d. Juízo da Recuperação Judicial novamente suspendeu o cumprimento das obrigações do Plano de Recuperação Judicial.

Em razão disso, o presente Relatório Mensal de Atividade é apresentado de maneira mais sucinta, sem a análise contábil e da operação das Recuperandas, como seria de praxe, limitando-se à apresentar a atualização dos créditos concursais, na forma demonstrada no Anexo I.

## 5. Relação de Anexos

---

|         |                                   |
|---------|-----------------------------------|
| ANEXO I | Lista de Credores por Recuperanda |
|---------|-----------------------------------|



**E. FERREIRA GOMES ADVOGADOS**

**EVANDRO P. G. FERREIRA GOMES**

**OAB/RJ 137.473**